

AS PARTICULARIDADES DO EMPODERAMENTO DA MULHER E EM CONSEQUÊNCIA O DESEMPODERAMENTO DO HOMEM

Francieli do Rocio de Campos¹

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo refletir sobre o empoderamento da mulher e o desempoderamento do homem na condução das atividades no Assentamento 8 de Junho, localizado em Laranjeiras do Sul – PR. Esta dinâmica foi identificada pelos dados e informações coletadas por meio de entrevistas e questionários aplicados para 20 famílias da comunidade rural do Assentamento 8 de Junho. Os resultados da pesquisa evidenciam um público que divide as atividades laborais entre agrícolas e não-agrícolas, e as atividades não-agrícolas tem sido responsáveis por gerar essa discussão sobre empoderamento da mulher e desempoderamento do homem. Porque a alterou a conduta das tarefas, funções e atividades dos lotes, e suas conseqüências como renda, envolvimento com espaço externo, conhecimento tem gerado elementos de desenvolvimento pessoal, local e crescimento econômico. Dessa forma, pela pesquisa foi possível perceber que as atividades e a forma como esta sendo conduzida a organização do assentamento, as mulheres não tem sido empoderadas, mas sim os homens tem sido desempoderados pelo envolvimento de atividades fora da propriedade.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento rural, empoderamento feminino, relações de gênero.

THE WOMAN EMPOWERMENT OF SPECIFIC AND AS A RESULT THE MAN DISEMPOWERMENT

ABSTRACT: This paper aims to reflect on women's empowerment and disempowerment of man in the conduct of activities in the Settlement June 8, located in Laranjeiras do Sul - PR. This dynamic has been identified by the data and information collected through interviews and questionnaires given to 20 families of the rural community of Settlement 8 June. The survey results show a public that divides the work activities between agricultural and non-agricultural and non-agricultural activities has been responsible for generating this discussion on women's empowerment and disempowerment of man. Because altered the conduct of tasks, functions and activities of the lots, and its consequences such as income, involvement with external space, knowledge has generated elements of personal development, and local economic growth. Thus, the survey it was revealed that the activities and how this is delivered to settlement organization,

¹ Bacharel em Economia Doméstica. Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Docente Assistente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Email: frandecampos@yahoo.com.br.

women have not been empowered, but men have been disempowered by participating in activities outside the property.

KEYWORDS: rural development, women's empowerment, gender relations.

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva refletir sobre o empoderamento da mulher e desempoderamento do homem nas propriedades rurais do Assentamento 8 de Junho, Laranjeiras do Sul - PR, partindo do ponto de vista das relações de gênero, contribuições do desenvolvimento rural da comunidade e suas repercussões no âmbito privado e público dos estabelecimentos rurais.

O Assentamento 8 de Junho está localizado no município de Laranjeiras do Sul – PR pertencente ao Território da Cantuquiriguaçu, uma área inserida no corredor da fome do Estado do Paraná. Esta área foi palco de embates territoriais durante dez anos, e ainda 50% da população vive na área rural, por isso, as entidades envolvidas com a dinâmica do desenvolvimento rural têm procurado por meio das políticas públicas promover melhorias na qualidade de vida das assentadas e dos assentados.

O tema da pesquisa enfoca no termo empoderamento que está relacionado a autonomia, reconhecimento e valorização do indivíduo, como parceira ou parceiro que divide sua função nas esferas reprodutivas e produtivas de estabelecimento rural. Nessa dinâmica se associa a divisão sexual de funções, trabalho nas propriedades e espaços extra propriedades com o estudo realizado por Gasson; Winter (1992) que demonstraram o poder das mulheres aumentando, quando elas passam ser capazes de gerarem autonomia e tomar decisão independente das atividades desenvolvidas no âmbito da propriedade rural.

Costa (2004) se refere especificamente na situação das mulheres que não decidem sobre suas vidas, ou se consideram sujeitos do cotidiano, tampouco exercem poder ou acumulam este poder, sobretudo o reproduzem não para si mesmas, mas para os atores que possuem controle do poder. Neste a realidade do Assentamento 8 de Junho vem mostrar as pequenas dimensões de poder ou pequenos passivos de poder lhes permitirem romper momentos ou circunstâncias de supremacia do sexo masculino. Segundo

Louro (1996) não se esgota os apontamentos sobre as relações de gênero, porque as afinidades dos atores perpassam o decorrer do tempo e da história em constantes transformações sociais, econômicas e políticas.

A problematização das relações de gênero tem colocado em “xeque” a divisão de trabalho em qualquer tipo de organização considerando os rearranjos familiares. A partir disso e como complementação as instituições voltadas ao desenvolvimento rural passaram a elaborar ações para “empoderar” as mulheres. Sob a ótica de Baquero (2006), no sentido associado a indivíduos capazes ou dispostos a desenvolver habilidades proporcionando poder decorrente seu esforço, obtendo auto-controle, afim dos indivíduos se tornarem empoderados.

Em suma, o trabalho tem início com essa introdução, seguindo com a descrição da metodologia utilizada para coleta de dados e informações. Assim, parte para um breve referencial teórico sobre a diferença do empoderamento feminino e desempoderamento masculino voltado para a dinâmica das propriedades rurais. Na seção seguinte se discute as informações mostrando esse fenômeno presente no cotidiano do Assentamento 8 de Junho, e por fim, encerra-se com as considerações finais.

METODOLOGIA

O trabalho consiste em uma análise qualitativa de cunho explicativo, determinado nas variáveis que envolvem o trabalho desenvolvido nos lotes do Assentamento 8 de Junho. Neste contingente foram aplicados por acessibilidade 20 questionários estruturados para mulheres e homem de diversas faixas etárias, junto de entrevista semi-estruturada realizadas pela pesquisadora em novembro a dezembro de 2010 no ambiente das propriedades agrícolas.

Para análise das informações os dados dos questionários foram compilados desprovidos de qualquer método estatístico ou ferramenta tecnológica, as entrevistas foram transcritas e apenas analisadas as informações que favorece na percepção em relação ao tema estudado, realiza-se registro fiel da opinião e se consegue retratar o fenômeno estudado.

Dentre esse grupo foram entrevistadas 20 famílias, ou seja, foram coletados informações de 66 indivíduos divididos em crianças, jovens, adultos e idosos do sexo feminino e sexo masculino referente o período de acampamento e a transição para assentamento; a contribuição da mobilização e organização das assentadas e dos assentados; as atividades agrícolas e não-agrícolas; a divisão sexual de tarefas e funções nos lotes e as consequências do envolvimento de mulheres e homens no arcabouço do desenvolvimento rural.

AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO ESPAÇO DO ACAMPAMENTO E ASSENTAMENTO RURAL

Os históricos sobre acampamento, assentamento rural e relações de gênero chamam atenção para o rumo que as funções desempenhadas por mulheres e homens adotaram no espaço rural, comparadas às concessões de mérito reservada à ambos por conquistas, dominação, autoridade e legitimidade na propriedade rural. Para Dorderlly et al., (2002), a preocupação se volta para a forma como estão conduzindo as relações de gênero no acampamento e assentamento.

Os momentos vividos e que antecedem o processo de acampamento são influenciados no auto-reconhecimento como sem terra. A partir disso, o processo de mobilização que dá origem aos acampamentos desencadeia repercussões relacionados a terra num propósito de reivindicar, construir, entre tantos outros objetivos para garantir o futuro da família rural. De acordo com Gonçalves (2004), a fase do acampamento estabelece um momento de renovação para as relações de gênero, pois concede contornos e formas aos espaços, do mesmo modo os espaços assimilam o formato das relações.

Oliveira (2006) complementa que a vivência no acampamento gira em torno da complexa realidade dos processos sociais decorrentes de características referentes a origem, composição familiar, anseios, valores, projetos de vida, medos e esperanças em relação à luta pela terra dos membros acampados. No período do acampamento se desfazem as tradicionais estruturas organizadas pela sociedade, passa ser um momento

de desconstrução das relações patriarcais, principalmente porque distende um cotidiano que se propaga na partilha de tarefas para mulheres e homens de modo igualitários, e como tal passam a ser reconhecidos na luta em que até a violência não distingue sexo.

A situação encontrada por Brumer; Anjos (2008) no acampamento destaca a construção de vínculos nas mobilizações, oriundas das experiências de organização coletiva da produção, e da organização política dos membros acampados. Sendo uma vivência que contribui para moldar as relações de gênero, para Gonçalves “pois se ainda não se observou uma alteração definitiva nas desigualdades de gênero, no mínimo houve um embaralhamento de cartas, ou seja, há uma ruptura com uma condição estática que parecia tão natural” (2004, p.50). Apesar das discussões sobre relações de gênero parecer bastante dinâmica, a presença da mulher ou do homem pode variar conforme intensidade de sua participação no processo de mobilização.

Após a fase de acampamento com a exploração do lote fica evidente a divisão sexual do trabalho em relação a mulher ao homem, “os homens “ajudam” as mulheres nas tarefas domésticas e as mulheres “ajudam” os homens no trabalho da propriedade, esta situação de “ajuda” reafirma a divisão sexual do trabalho”. (LOMBARDI et al., 2009, p.187). Por isso, a jornada diária de trabalho rural num assentamento é considerada uma concessão cultural, de costumes, de normas, determinado pela força física, e pelo indivíduo que desempenha a função. Numa concessão ideológica o trabalho pesado e de maiores proporções se destinam aos homens, e menos penosos e leves fazem parte da função das mulheres. (DE ANDRADE, 2010).

Campos (2003, p.18) enfatiza as condições submetidas as relações de gênero assimilado e abrangente no contexto dos assentamentos rurais,

[...] as questões que permeiam as relações sociais entre os sexos constituem-se num arcabouço ideológico e colocam as pessoas numa relação hierarquizada. No que se refere as relações de gênero, da forma como estão configuradas na nossa sociedade, apesar dos avanços observados nas últimas décadas, os valores predominantes colocam a mulher numa situação de subordinação, porque as diferenças biológicas são transformadas em desigualdades.

Segundo Faria; Nobre (2003), as relações de gênero tangenciáveis nos espaços cotidianos de assentadas e de assentados repercute no espaço privado pertencente à mulher, um lugar caracterizado pelos cuidados com o ambiente do lar e com os membros da família, enquanto, o espaço público cabe ao homem, num domínio e liberdade, com direito de “chefiar”. Nestes espaços se torna possível dimensionar os aspectos familiares, social, econômico, político e cultural do assentamento.

Os aspectos familiares no campo ficam evidentes na produção para o auto-consumo, e para comercialização (quando possível); os filhos se dividem em estudar, ajudar no lote ou trabalhar fora, ou seja, se tornam configurações ou alternativas de reorganização da família. A estratégia familiar se volta para a disputa por capacidade de decisão, alocado num modelo de autoridade paterna e as tradicionais relações de gênero convergindo os costumes rurais. (MEDEIROS, 2008).

No contingente social, as formas de organização de trabalhadoras e trabalhadores rurais se percebem no sexismo presente no cotidiano dos membros. Visto que, na irregular distribuição e exercício de poderes dentro das organizações populares se restringe as funções tradicionalmente destinadas a participação da mulher. Neste contexto, se desenha e compreende que as relações de gênero partem das relações de poder, que se manifestam sob a reflexão do cotidiano da organização social. (CAMPOS, 2003).

No aspecto econômico, de acordo com Magalhães (2009) as disparidades se apresentam de forma mais concreta entre os sexos, devido à existência de divergentes interesses e de assimetrias quanto à posse de recursos financeiros disponíveis a cada membro. A explicação está centrada nas diferenças entre os destinos das finanças, o principal investimento financeiro dado pelas mulheres é para as esferas domésticas, dedicado a qualidade e quantidade nutricional dos alimentos e da qualidade de vida da nos núcleos familiares, e os homens controlam as finanças das atividades produtivas aplicando recursos na manutenção e infraestrutura da propriedade.

O propósito político se torna efetivo, por meio de mobilizações ou ações coletivas em função dos benefícios a todos os membros envolvidos.

As práticas políticas no meio rural abrem espaço para as mulheres que seguem as lutas cotidianas internas e externas ao movimento popular. Desde a tomada à frente nos confrontos para montar os acampamentos, a fim de proteger os homens do movimento, bem como, no assentamento participando das comissões. Enquanto, os homens estão envolvidos nos embates a campo no período de acampamento, assumindo na condição de assentado a responsabilidade de tomar decisões e organizar a comunidade.

A partir do momento que se problematiza as relações de gênero se estabelecem critérios unificadores de divisão de trabalho político. (MEDEIROS, 2008). O primeiro passo foi em 1997, na inclusão de cursos focados na formação política de estudos de gênero, tendo como prioridade a construção de uma nova mulher e um novo homem. Nessa discussão no ano de 1999 assume uma ordem prática na aprovação em linhas de política na pretensão de classe e de gênero. Com objetivo da participação e organização do sexo feminino na produção e na política, resultando na criação dos coletivos de gênero em níveis organizacionais. (SALES, 2007).

A favor de demonstrar persistência das trabalhadoras rurais serve de exemplo o cenário do acampamento Margarida Alves² das trabalhadoras rurais em Brasília em março de 2000, atendendo ao pedido da articulação nacional de trabalhadoras rurais. (MST, 2000). Cabe ressaltar políticas condizentes ao papel e intervenção do Estado por meio da reforma agrária para garantir direitos às mulheres. Uma vez reconhecido tais mecanismos o tema gênero vai conquistando espaço na agenda das instituições. No entanto, para serem cumpridas se depara com normas tradicionais e reprodução de costumes, aspectos voltados a patrimônio cultural. (MEDEIROS, 2008).

Cappelin; Castro, (1997) apud Oliveira (2006) operam que o fortalecimento político do sexo feminino pode vir com relação do meio urbano, que interfere na participação no interior dos espaços/período e autonomia em relação aos homens. Outra conquista parte das mulheres na

² Margarida Maria Alves, símbolo da luta da mulher no campo, atuou como trabalhadora rural, presidente do Sindicato de Trabalhadores rurais de Alagoa Grande, município do Estado da Paraíba, foi assassinada por um pistoleiro, a mando dos usineiros da região do brejo paraibano.

contribuição na renda familiar frente as precariedades de subsistência. E ainda, do reconhecimento como produtora rural contribuir para seu fortalecimento nas esferas do acampamento e assentamento.

Por outro lado, facilita no lado pessoal da auto estima e autoconfiança, com perspectivas de mudanças, além de ampliar sua autonomia no poder de questionar manifestada nas instâncias familiares e sociais. (BRUMER; ANJOS, 2008).

As mulheres da reforma agrária têm que aprender a lidar com códigos e procedimentos tão diversos quanto essas próprias organizações. Na prática, as mulheres também passam a enfrentar uma dupla jornada de trabalho e uma dupla jornada política, para serem reconhecidas pelas práticas do governo como sujeitos de direito, pelos mercados como agentes produtivos, pela política como sujeitos transformadores e pela família como indivíduos autônomos. (OLIVEIRA, 2006, p.40).

Tal efeito disseminou as dificuldades de acesso e o reconhecimento das mulheres, como participantes do desenvolvimento dos espaços rurais. (DORDERLLY et al., 2002). Sob análise das inúmeras tarefas de produção e reprodução no acampamento e assentamento, que reflete de modo negativo ao acesso restrito de programas de capacitação e assistência técnica. De forma mais evidente, as políticas públicas identificam as acampadas e assentadas como consumidoras, beneficiárias ou parceiras secundárias em dimensões políticas e produtivas, enfatizando relações paternalistas em que se procura trabalhar questões destinadas às mulheres, e não com as mulheres. (BUARQUE, 2002).

Conforme Medeiros (2008) a luta permanente pela terra tende a dimensionar valores antigos e novos, desencadeando alterações nos padrões tradicionais de famílias. Da mesma forma, significa enfocar a diferente contribuição de mulheres e homens no processo de transformação do meio, tanto em atividades produtivas ou reprodutivas das famílias. Dando continuidade a rupturas do passado, referindo-se a mulher e suas demandas específicas, implica na identidade das famílias assentadas provocarem as relações de poder passam a ser revividas ou refeitas no cotidiano.

A noção teórica sobre gênero enunciada na sub seção seguinte, primeiro envolve as relações de poder por conduzir ao conceito de

empoderamento, e segundo como possibilidade da autonomia e reconhecimento do papel da mulher nos espaços do meio rural.

O Empoderamento da Mulher ou Desempoderamento do Homem na Propriedade Rural

O termo empoderamento conjugado como verbo transitivo possui o significado de investir ou conceder poder a outro indivíduo, favorecendo indivíduos desempoderados e incapazes de ação de poder. Quando o termo empoderamento conjugado como verbo intransitivo, o sentido volta a ser associado a indivíduos capazes ou dispostos a desenvolver habilidades proporcionando poder decorrente de seu esforço, obtendo autocontrole a fim de se tornar empoderados. (BAQUERO, 2006).

A consequência do empoderamento é despertar nos indivíduos conhecimento e controle sobre forças capazes de agir a favor de melhorar a situação de vida. Sendo possível aumentar a capacidade de se sentirem influentes na trajetória de vida, e podendo ser considerada emancipação pessoal. (BAQUERO, 2006). Ao despertar tal “capacidade” vai interferir no modo de formular estratégias, no controle dos recursos e na tomada de decisões importantes que afetam a vida e os resultados na dinâmica das famílias. (MALHOTRA, 2002).

Outra consequência, o empoderamento se torna a chave para desencadear o fenômeno da aproximação, a respeito da realidade do cotidiano com consciência dos indivíduos. Tendo a melhoria de vida do sujeito, bem como, envolvendo a aquisição de poder num processo articulado na experiência de intervir e transformar a realidade em seu entorno. (DE ANDRADE, 2010). A integração do sexo feminino e do sexo masculino ao ambiente de menor convivência, leva em consideração a noção de empoderamento, e se aposta na mudança das relações de gênero no âmbito social, na forma como constitui as relações no ambiente familiar, e no desempenho de papéis pelos diversos agentes mediadores responsáveis em promover o processo de empoderamento. (HERNÁNDEZ, 2009).

Mais uma consequência do empoderamento do indivíduo é torná-lo um ativo para a transformação e um colaborador do processo pela interação

entre os indivíduos. E se configura como processo de ação, devido à influência que possui sob outros indivíduos, na forma de pensamento crítico a realidade, e ao conscientizar com alterações da relação social de poder. (BAQUERO, 2006). Nessa designação ao oportunizar esse tipo de questões se faz necessário centrar a participação de mulheres e homens quanto ao lugar que ocupam na esfera pública e na esfera privada, nos processos agrícolas e não-agrícolas, situando-os como parte integrante desse processo. (ABRAMOVAY; DA SILVA, 2000).

Obter igualdade entre homens e mulheres requer uma transformação do acesso pela mulher tanto aos bens quanto ao poder, transformação esta que depende de um processo de empoderamento da mulher. Ao mesmo tempo, o empoderamento da mulher transforma as relações de gênero e é, portanto, uma pré-condição para a obtenção da igualdade entre homens e mulheres. (DEERE; LEÓN, 2002, p.52). [...] Não há quase dúvida de que o aumento no poder de barganha das mulheres seria necessário para empoeirá-las, para mudar as relações de gênero e alcançar a verdadeira igualdade entre homens e mulheres. (DEERE; LEÓN, 2002, p.412).

O empoderamento da mulher desafia as tradicionais relações familiares por desmistificar a posição que privilegia e possibilitar o desempoderamento do homem, bem como, na condição da mulher empoderar o homem em responsabilidades que antes eram exclusivas a elas. Dessa forma, o empoderamento da mulher implica mudanças e experiências a todos familiares, porque o empoderamento advém da contribuição da mulher com relação opiniões, bens, escolhas na vida, permitindo a tomada de decisão familiar. (DEERE; LEÓN, 2002).

Para Oliveira (2006) o empoderamento da mulher deve surgir com a autonomia e acesso ao controle dos recursos produtivos, conseguinte na capacidade de se organizar e se mobilizar a favor da mudança social. Contudo, o empoderamento da mulher pode vir do poder de barganha, ilustrando as diferenças familiares no exercício de cooperação cotidiana. Outro enfoque é trabalhar a consciência de mulheres e homens, contra o termo subordinação enraizada nos mesmos, e reforçada pelas religiões e educação.

O empoderamento parte da mudança tradicional de superioridade em relação a opções de vida, de bens e opiniões de um indivíduo sobre

outro indivíduo, desencadeando desempoderamento no propósito de desarticular a posição privilegiada que algum sujeito usufrui em face da figura de outro sujeito. (DEERE; LEÓN, 2002). O desempoderamento articulado no meio rural está associado a ausência da pessoa física na propriedade, ou seja, a falta da mulher ou do homem para exercer tarefas ou atividades desencadeando de modo parcial encaminham algumas funções que cabiam um ao outro, os quais mesmo exercendo atividades fora da propriedade rural, não deixam de ser figura expressiva na condução e tomada de decisão nos espaços dos estabelecimentos agrícolas.

Sendo assim, o processo de desempoderamento do homem inicia no encorajar as mulheres partindo da auto percepção negativa com crenças relativas aos seus direitos e capacidades. (DEERE; LEÓN, 2002). A divisão sexual de trabalho no acampamento e assentamento é determinada pelo trabalho produtivo de responsabilidade do homem, e trabalho reprodutivo (espaço doméstico, consumo e reprodução familiar) fica a cargo da mulher, isto é, uma divisão que se expressa a casa e o roçado. Uma condição que conforme Oliveira (2006) se justifica na dimensão das relações de dominação do sistema patriarcal, em que não são as mulheres que se ocultam, mas esse tipo de relação que lhes atribui um lugar menor.

Como promove Gasson; Winter (1992) quando o casal se envolve em atividades fora local da propriedade rural haverá alterações no modo de organização familiar. Em duas situações, a primeira se o parceiro assume a atividade extra agrícola, então o serviço agrícola tende ser responsabilidade da mulher, mas sem êxito no poder decisório. Na segunda situação, as mulheres que desempenham as atividades extra agrícolas cabem aos parceiros permanecerem na unidade agrícola, mas a mulher tende aumentar o poder intra-familiar.

Um desafio para as relações familiares tradicionais tem sido o empoderamento da mulher, decorrente das mudanças sobre a exclusividade tomada de decisões do homem, e o desempoderamento do homem implica em alterações das suas experiências, bem como, determinantes de suas companheiras e familiares. Entre as formas de organização de trabalhadoras e trabalhadores rurais se compreende que as relações de gênero partem de relações de poder, que se manifestam pela tomada de decisão sob todas as

atividades produtivas e reprodutivas da propriedade. Por isso, “gênero é um conceito relacional, ou seja, que vê um em relação ao outro e considera que estas relações são de poder e hierarquia dos homens sobre as mulheres”. (FARIA; NOBRE, 2003, p.40).

A comum divisão de trabalho no campo evidencia a exclusividade de tarefas e funções destinadas ao sexo masculino ou ao sexo feminino, por isso se torna uma relação descomunal de poder no interior do estabelecimento produtivo. Essa divisão sexual do trabalho se torna mais evidente sob preceitos culturais, que determinam a posição de cada indivíduo na propriedade e na família de acordo com a orientação do chefe da família. Na maioria dos casos exercida pela figura masculina - do pai, configurado como o administrador da propriedade, e responsável pela organização familiar. (DE GRANDI, 1999).

Ao se remeter ao título dessa seção, faz-se referência ao que se passa despercebido pela análise sobre relações de gênero do Assentamento 8 de Junho.

O Desempoderamento do Homem no Assentamento 8 De Junho

No ano de 2010 o Assentamento 8 de Junho era formado por 73 famílias, desse total 50% das famílias já residiam no local desde período da ocupação, as quais vieram de localidades próximas de Laranjeiras do Sul - PR, onde viviam em regime de parceiro, arrendatário ou proprietário de terras. As atividades produtivas nos lotes se realizam de modo individual, trabalhando com atividade leiteira fornecida para empresas locais e horticultura que se destina ao consumo próprio, venda direta ao consumidor e a feira local nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguacu. Para a organização do assentamento se constituíram a associação de agricultores, e dessa se desmembrou a cooperativa que favorece a compra de insumos e a vendas de produtos dos sócios, além disso, existe a panificadora comunitária beneficiadora de massas e panificados gestada apenas por mulheres assentadas.

Para as famílias as atividades não-agrícolas se destinam a obter renda,

manter a produtividade agrícola do lote e atender as necessidades básicas dos membros. O fato de mulheres e homens somar atividades não-agrícolas em tempo parcial com alguma atividade agrícola, para Brumer; Anjos (2008) favorecem as perspectivas de contribuir para controlar os resultados econômicos do trabalho, aumentar a renda, a qualidade e quantidade nutricional dos alimentos tendo como consequência a qualidade de vida da família.

A renda obtida por meio das atividades não-agrícolas é resultado de uma divisão do trabalho do sexo feminino e do sexo masculino. Num universo de 48 indivíduos economicamente ativos³, acerca de 58,3% exercem algum tipo de atividade não-agrícola, e o restante 41,6% se dedicam exclusivamente às atividades agrícolas. No caso nota-se que os homens tendem permanecer na atividade agrícola, enquanto as mulheres tendem a aderir atividades não-agrícolas no espaço exclusivo do assentamento. Dos trabalhadores envolvidos em atividades não-agrícolas 46,4% da amostra pertencem ao sexo feminino, e 53,5% diz respeito ao sexo masculino, dessa amostragem se torna possível identificar um maior número de homens do que mulheres exercendo atividades não-agrícolas.

Destarte ao estímulo para atividades não-agrícolas no Assentamento 8 de Junho pode representar oportunidade de emprego e renda complementar para assentados, como pode ser uma opção ocupacional diferenciada para assentadas. Porque mulheres e homens se diferem quanto ao modo de encarar a venda da mão de obra, conforme indica os autores Sabourin; Teixeira (2002), esse tipo de característica influencia na forma como os membros das famílias priorizam a manutenção suas necessidades, as diferenças variam entre grupos sociais e características culturais entre mulheres e homens.

A tendência do sexo feminino ao vender sua força de trabalho é aproveitar o máximo seus recursos, suas energias e seu tempo para contribuir com o crescimento e enriquecimento do capital humano. Sobre o destino dado pelas assentadas para os recursos financeiros, a maior evidência

³ Economicamente ativos compreende todas as pessoas neste caso com mais de 16 anos, que constituem a força de trabalho no assentamento.

apontada foi para proveito próprio, com menor evidência destinam essa renda para alimentação. Por outro lado, os homens destinam seus recursos financeiros para a propriedade ou para a família, de modo menos evidente destinam a renda na compra de produtos alimentícios.

A partir do momento que a mulher possui renda própria decorrente da venda de sua mão de obra, e com a possibilidade de contribuir com orçamento da família tende-se perceber sua importância no ambiente do lar. Para as assentadas a tomada de decisões sobre o investimento na ordem econômica e o destino dado aos recursos financeiros oriundos do trabalho não-agrícola se detém comumente as pequenas despesas pessoais para filhos e para si. Como o benefício da renda se estende mais para si e para os filhos, o recurso é investido com bens pessoais, mas que servem para satisfazer sua auto-estima, e em outros casos a conquista do recurso sugere liberdade de investir sem ter que esperar pela autorização de terceiros.

Sobre o universo das assentadas e dos assentados que se dedicam exclusivamente atividades no lote do assentamento 50% são mulheres e 50% são homens, possibilitando afirmar a tendência, tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino no exercício de atividades destinadas ao lote da propriedade rural. O que compete à propriedade se divide em espaços do sexo feminino e do sexo masculino – em casa e roçado. Às mulheres cabe a responsabilidade de atividades ligada a casa e suas extensões, o terreiro, a horta e a criação de pequenos animais. Ao homem se destina o roçado, mesmo que exija o esforço da família para plantio, cultivo e colheita ainda esse espaço é considerado do sexo masculino.

Este íntimo representado no lote, onde a mulher possui dedicação e responsabilidade pelo espaço do “quintal”. Um local destinado à horta ou pequeno roçado, pequenos animais, os quais são utilizados para transformação de alimentos para consumo da família ou vendas locais. No entanto, a realização desses afazeres é considerada apenas obrigações para atender necessidades familiares, mesmo podendo gerar rendimentos financeiros, que complementa a renda ou consumo direto das famílias. (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

De acordo com um depoimento relatado por assentadas para Bereta da Silva (2004), a casa ou o lar se configuram num emaranhado de

significados pertencentes apenas a elas. Esse espaço possui um valor muito especial, ao analisar a vida de indivíduos que moraram anos em barracos realizando tarefas do lar num meio improvisado. Quando as mulheres conquistam o lote e de certo conforto, elas depositam seus sonhos num território caseiro que podem exercer seus pequenos poderes.

Dentre as atividades e tarefas dedicadas a propriedade comparando o período pós acampamento na visão do sexo feminino, as mulheres apresentaram com maior destaque a responsabilidade sob as atividades restritas ao ambiente da casa (cuidados higiênicos do lar). Uma tarefa culturalmente incumbida a figura feminina, e neste caso acentuada pela herança do período do acampamento, em que era impossível desempenhar algumas funções domésticas e não havia preocupação com cuidados com a casa. A partir da conquista do lote, esse tipo de atividade se volta para a mulher, porque os homens têm obrigação de assumir as responsabilidades com relação à manutenção e produção da lavoura, ou atender as necessidades básicas da família.

A contribuição das mulheres com menos incidência em atividades e tarefas na propriedade se mostrou evidente no planejamento do trabalho realizado na lavoura. Esse resultado é decorrente da inserção do sexo masculino em atividades não-agrícolas coube a mulher se responsabilizar em planejar a produção da propriedade. Isto quer dizer que a mulher passou assumir o exercício da produção, mas as decisões sobre investimentos na propriedade e na venda dos produtos, ou seja, que envolvem a questão financeira ainda é de domínio do homem.

Para os homens, a participação da mulher na propriedade em relação ao período anterior ao assentamento se mostrou proeminente a dedicação aos afazeres domésticos seguido pela contribuição da renda, com menor frequência apareceu à tomada de decisão sobre investimentos e atitudes em relação às crianças. As informações revelam que, em razão da necessidade de um dos membros optarem por exercer atividade extra-propriedade tem delineado alterações de função na propriedade agrícola. O que cabia ao homem passa ser da mulher e “vice-versa”, como é caso das mulheres que na ausência do seu cônjuge assume a função de organizar a propriedade.

A participação nas tomadas de decisões é um princípio rumo ao empoderamento, porém está intimamente ligado aos processos que tornam os atores aptos a tomarem decisões. Ao analisar o caso das atividades diárias direcionadas a propriedade, as mulheres desempenham com maior frequência tarefas higiênicas desse ambiente, seguindo com a responsabilidade da alimentação, uma condição necessária para manter em ordem a casa e as necessidades básicas da família. Em relação ao trabalho diário dos homens na propriedade, encontra-os com maior frequência no roçado, havendo pouca ou nenhuma participação deles em afazeres ligados a cuidados com casa. Uma situação que deixa evidente a ausência do exercício de cooperação no cotidiano familiar, caso fosse ao contrário, poderia contribuir e garantir, por exemplo, uma refeição satisfatória, reunir recursos e fluir melhor o trabalho na propriedade agrícola.

A militância do sexo feminino durante o acampamento, e após assumir a condição de assentamento segue o cotidiano propósito de superar a desvalorização oculta dos companheiros de jornada que dificultam e até sucumbem sua participação na vida pública da comunidade. Durante o processo de transição de acampamento para assentamento se percebe a transformação na vida das mulheres lenta, gradual e praticamente imperceptível a ocorrência de alterações nas funções pertinentes ao espaço público.

A mulher ao desempenhar sua condição pública delibera sua capacidade de analisar, organizar e se mobilizar a favor da mudança social. (OLIVEIRA, 2006). Nessa constante dinâmica, o assentamento pelo empenho coletivo se torna possível encontrar capital social na visão de Sabourin; Teixeira (2002), em outras palavras visa o pressuposto de estabelecer relações entre assentadas e assentados, cujos interesses comuns, às vezes são imediatamente visíveis e possíveis de serem organizadas num regime de normas, valores e restrições constituindo em recursos que atenda a um ou mais atores. Sendo assim, o aproveitamento dessa organização proporciona ampliar as oportunidades de escolha no espaço rural, alargando a margem de meios de geração de renda, além da restrita atividade agrícola.

O qual repercute na participação da mulher no espaço público,

proporcionando com maior intensidade a valorização pessoal. De maneira intensa a participação pública resultou no reconhecimento pessoal, e de maneira menos expressiva se apresentou a permanência das dificuldades para falar em público desconhecido. Entre as atividades realizadas como: consultas médicas, comércio em geral, instituições públicas e financeiras. Na pesquisa se aponta que essas atividades públicas se restringem com maior intensidade para as mulheres a responsabilidade de comprar vestuário para os membros da família. Porém encontra-se reduzida a presença de mulheres em compras de equipamentos e insumos para a propriedade, deixando isso a cargo dos parceiros.

No mesmo contingente mostra que aos homens cabe a maior responsabilidade com serviços bancários, e representando a parcela de menor frequência incumbidos de comprar vestuário para a família, ficando na dependência da parceira. Contudo, se não se revela uma inversão de papéis, além dos resultados apontarem quem realiza a compra de vestuário é a mulher, mas o poder de decisão sobre quando isso vai acontecer, onde vai ser ou quantidade fique a cargo dos homens.

Neste caso se observou no Assentamento 8 de Junho a realidade edificada por Oliveira (2006), que afirma nos casos de agricultoras, os momentos e necessidades do sexo feminino que envolvem dinheiro ou saída do estabelecimento agrícola, não lhes pertence ou é controlado esse direito, devido à tradicional organização patriarcal, que minimiza a liberdade cotidiana das mulheres. Magalhães (2009) dimensiona a relação aos serviços bancários se torna a divergente à conduta da mulher e do homem, porque o contato com referido serviço ou instituições financeiras é realizada pelo casal, mas a relação direta com o banco é realizada pelos homens.

A abordagem sobre relações entre mulheres e homens demonstra que o poder é responsável por apontar as potencialidades de desenvolvimento e o atendimento das demandas entre ambos sexos. Por sua vez Oliveira (2006), o poder dos indivíduos reage como a chave dos processos de desenvolvimento. Tendo como base a “capacidade” dos indivíduos e de suas organizações fugir das principais fontes de privação de liberdade. De acordo com Costa (2004) para ocorrer a disseminação do poder e desmistificação da imagem da mulher e do homem como sujeitos

opostos e envolvidos numa relação de dominação e subjugação existe a necessidade da contribuição da organização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No enfoque do trabalho se percebe que no Assentamento 8 de Junho está havendo um desempoderamento masculino na propriedade devido a inserção de mulheres e dos homens na atividade não-agrícola.

Ainda que a literatura sobre o tema seja escassa, é possível tratar de empoderamento da mulher e desempoderamento do homem, sem subjugar a figura do sexo feminino como sujeito de situação imposta pela sociedade sem ter artifícios de mostrar suas potencialidades. No espaço de um assentamento rural existe o facilitador para que a mulher esteja mais próxima do seu parceiro e das atitudes que envolvem a manutenção da propriedade, por ser uma organização constituída por todos os membros da família.

Na pesquisa foi possível perceber no Assentamento 8 de Junho devido a organização local está se concedendo um ínfimo empoderamento do sexo feminino, e em consequência um despercebido desempoderamento do sexo masculino devido as atividades que geram renda e atendam as necessidades da famílias estarem interferindo no cotidiano das propriedades e exigindo a inversão de funções.

Ao comparar a situação do período de acampamento anterior ao período do assentamento ficou evidente a divisão de espaços, funções e tarefas a serem realizadas na propriedade. Para as mulheres as atividades laborais lhe concederam autonomia financeira, as tornou um aporte para se pronunciar e opinar na propriedade rural decorrente do homem em trabalhar fora da propriedade. Dessa forma, não garante total autonomia da mulher na gestão da propriedade, mas isso tem possibilitado a mesma tomar decisões na propriedade, e aos poucos fazer a diferença nas atividades produtivas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M; DA SILVA, R. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In: ROCHA, M. I. B. da (Org.) **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, 2000.
- BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v.11, n.2, p.77-93, mai/ago. 2006.
- BERETA DA SILVA, C. **Homens e Mulheres em movimento: relações de gênero e subjetividade no MST**. Florianópolis: Momento Atual, 2004.
- BRUMER, A; ANJOS, G. Relações de gênero em Assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: Adriana Lopes; Andrea Butto Zarzar (Org.) **Mulheres na Reforma Agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008. Cap.7, p.217-240.
- BUARQUE, C. Estratégias para a Reforma Agrária sob a ótica de gênero. Projeto de Integração da Perspectiva de Gênero no setor de Reforma Agrária, **Relatório de Pesquisa**. Brasília, 2002. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2011.
- CAMPOS, C. As relações de gênero e o MST. In: Setor de gênero – MST (Org.) **Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder**. São Paulo: ANCA, 2003. Cap.1, p.07-26.
- COSTA, A. A. A. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. In: **A química das mulheres**, Salvador, p. 20-21, mar. 2004.
- DE ANDRADE, F. J. R. **O empoderamento da mulher: um estudo empírico da Feira do Produtor de Toledo/PR**. 2010, 89f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2010.
- DE GRANDI, A. B. **Relações de Gênero nas Famílias Agricultoras Associadas a Mini-Usinas de Leite: no Estado de Santa Catarina**. 1999. 99 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.
- DEERE, C. D; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher: Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- DORDELLY, L. E. G; BUARQUE, C; GARCIA, V. **Comportamento de gênero nos assentamentos da reforma agrária – os casos de Guarani – Bom Lugar/CE e Campo Bonito/CE**. Brasília: MDA/INCRA/FAO, 2002.
- FARIA, N; NOBRE, M. O que é ser mulher? O que é ser homem? In: Coordenadoria

Especial da Mulher (Org.) **Gênero e Educação: caderno para professores**. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2003. Cap.2, p.29-44.

GASSON, R; WINTER, M. Gender relations and farm household pluriactivity. **Journal of Rural Studies**, Great Britain, v.8, n.4, p.387-397, 1992.

GONÇALVES, R. Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero. **Revista Nera**, Presidente Prudente, a, 7, n. 5, p. 43-55, jul./dez. 2004.

HEREDIA, B. M. A; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, Presidente Prudente, a. 9, n. 8, p. 1-28, jan./jun.2006.

HERNÁNDEZ, C. O. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?** 2009, 248f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

LOMBARDI, S. P. M; STADUTO, J. A. R; WADI, Y. M. Pluriatividade, agricultura familiar e gênero: o caso do reassentamento São Francisco de Assis. In: RINALDI, Rúbia Nara, **Perspectivas do desenvolvimento regional e agronegócio**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009. Cap. 7, p. 167-192.

LOURO, G. Nas redes do conceito de gênero. In: Lopes, M; Meyer, D.; Waldon, V. (org.): **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 7-18.

MAGALHÃES, R. S. A “masculinização” da produção de leite. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v.47, n.1, p.275-300, jan/mar. 2009.

MALHOTRA, A. **Conceptualizing and measuring women’s empowerment as a variable in international development**. Washington: World Bank, 2002.

MEDEIROS, L. S. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: Adriana Lopes; Andrea Butto Zarzar (Org.) **Mulheres na Reforma Agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008. Cap.1, p.07-18.

Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra, Coletivo Nacional de Gênero do. **Mulher sem terra**. São Paulo: ANCA, 2000.

OLIVEIRA, M. de L. S. **Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento em assentamentos de Reforma Agrária: o caso do Saco do Rio Preto em Minas Gerais**. 2006, 134f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2006.

SABOURIN, E; TEIXEIRA, O. Desenvolvimento Rural Territorial e Capital Social. In: **Planejamento do Desenvolvimento dos Territórios Rurais – Conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: UFPB/CIRAD/EMBRAPA, 2002. p.113-128.

SALES, C. de M. V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.15, n. 2, p.437-443, mai./ago. 2007.

Recebido em 06/05/2014 - Aprovado em 30/10/2014